



CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO N.º NORTE-59-2019-53

“CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS”

Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos do setor cultural e social

(PI 8.5 - FSE)

V1-07/11/2019

Índice

Índice	2
Preâmbulo	4
1. Objetivos e prioridades visadas	5
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura.....	6
3. Natureza dos beneficiários	6
4. Área geográfica de aplicação	6
5. Âmbito setorial	7
6. Condições específicas de acesso deste Aviso	7
7. Regras e limites à elegibilidade de despesas	9
8. Critérios de seleção das candidaturas.....	11
9. Limite ao número de candidaturas	12
10. Duração dos projetos.....	12
11. Taxas de financiamento das despesas elegíveis.....	12
12. Forma, limites e pagamento dos apoios	12
13. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas.....	14
15. Aceitação da decisão	16
16. Dotação indicativa do fundo a conceder	16
17. Identificação dos indicadores de realização e de resultado.....	16
18. Incumprimento das obrigações dos Beneficiários	17
19. Programa Operacional financiador	17
20. Organismos responsáveis pela análise.....	18
21. Informação e pontos de contacto.....	18
Anexo A Desafios societais	19
Anexo B Referencial de Análise do Mérito do Projeto.....	22
Anexo B Apêndice 1_Matriz específica de avaliação do subcritério B1.....	27
Anexo C Domínios Prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3).....	29
Anexo D Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	39

CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Data de publicação	Descrição
1	07/11/2019	13/11/2019	Versão inicial

Preâmbulo

O Programa NORTE 2020 integra entre os seus objetivos específicos o de Incrementar a contratação de recursos humanos altamente qualificados (RHAQ), contribuindo para elevar as competências empresariais em I&D&I e intensificar as interações entre empresas e as entidades regionais do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), procurando capitalizar o investimento da Região do Norte (RN) na formação de recursos altamente qualificados.

A RN enfrenta dificuldades na retenção e valorização desse capital humano por incapacidade de absorver, quer pelas infraestruturas de I&D&I, quer pelas empresas ou entidades sem fins lucrativos. O diagnóstico regional evidencia também a necessidade de reforçar a interação entre as entidades do SCT, as empresas e outras entidades potencialmente acolhedoras de recursos humanos altamente qualificados, bem como de promover a capacitação tecnológica destas, elevando a sua capacidade de absorção e de criação de conhecimento, potenciando a crescente incorporação de conhecimento e inovação.

Em articulação com outros objetivos específicos, as tipologias de ação previstas visam a inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas e outras entidades, contribuindo para responder às insuficiências diagnosticadas, criando oportunidades de retenção e de valorização desse capital humano e construindo, com estes recursos, pontes com impactos positivos na interação com as entidades do SCT ou as empresas.

Dada a magnitude dos desafios que persistem, em complemento da publicação de avisos destinados a financiar a integração de RHAQ em empresas, em Laboratórios Colaborativos e em Instituições de interface/Infraestruturas tecnológicas, importa alargar as oportunidades de apoio a outras entidades sem fins lucrativos que visem fins sociais e culturais.

De facto, não deve ser descurado o potencial de entidades que, ainda que não vocacionalmente orientadas para o desenvolvimento de atividades de I&D formais, realizam atividades de I&D ocasionais e informais, entendendo-se por atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) os trabalhos criativos prosseguidos de forma sistemática, com vista a aumentar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações (Manual de Frascati, 2002). Neste sentido, constituem um dos setores institucionais visados no Inquérito ao Potencial

Científico e Tecnológico Nacional e manifestam uma cada vez maior abertura para a incorporação de pessoal altamente qualificado.

No atual contexto, os apoios em causa têm ainda em conta e complementam os apoios do Programa NORTE 2020 no âmbito dos objetivos temáticos 1 (Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação) e 3 (Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas), bem como de outras iniciativas adotadas no âmbito do Plano Nacional de Reformas 2016/2021, designadamente, o programa de estímulo do emprego científico, à luz do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

O presente AAC foi elaborado nos termos do previsto nos n.º 6 e 7 do artigo 16.º do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(RG FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

1. Objetivos e prioridades visadas

Pretende-se promover a aquisição de massa crítica e de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação organizacional, a transferência e a valorização do conhecimento, com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e de alguns dos principais desafios sociais¹.

Tendo em conta esta finalidade, o presente convite visa apoiar a instalação de competências nucleares, através do apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados, dotados de grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 6 (licenciados, mestres, doutorados e pós-doutorados) nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho,

As candidaturas devem demonstrar o seu contributo para a prossecução dos objetivos da Prioridade de Investimento 8.5, evidenciando, mais concretamente, o contributo esperado com a contratação de recursos humanos altamente qualificados para a concretização da estratégia e do plano de atividades da entidade beneficiária, como forma de aquisição de massa crítica e de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e dos desafios sociais, através:

¹ Ver Anexo A – Desafios sociais.

- (i) Da inovação, enquanto introdução de um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou significativamente melhorado, de um novo método de marketing ou de um novo método organizacional na prática do negócio/atividade, na organização do trabalho ou nas relações externas da entidade;
- (ii) da transferência e a valorização do conhecimento.

Neste contexto, as operações a financiar devem estar preferencialmente alinhadas com a estratégia de I&I para uma especialização inteligente (RIS3 regional).

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

São suscetíveis de apoio os projetos que concorram para o incremento de recursos humanos altamente qualificados, associados às respetivas estratégias de transferência de conhecimento e inovação, através da Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados.

A contratação dos Recursos Humanos deverá assumir a figura de contrato individual de trabalho ou de contrato de trabalho em funções públicas, não sendo consideradas elegíveis outras formas de afetação de Recursos Humanos.

Ao abrigo do presente Aviso, não são admitidas candidaturas em parceria.

3. Natureza dos beneficiários

Os beneficiários dos apoios previstos no presente AAC são entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos do setor cultural e social, designadamente, museus, instituições de saúde, organizações não governamentais, entidades da economia social, sociedades científicas e profissionais, etc.

4. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Região do Norte.

A localização do projeto corresponde à região onde se localizam as instalações da entidade em que será(ão) criado(s) o(s) posto(s) de trabalho.

5. Âmbito setorial

São enquadráveis projetos inseridos nos setores cultural e social, com especial incidência nos identificadas pela Estratégia Europa 2020 como desafios prioritários em que o investimento direcionado para a investigação e inovação pode produzir um impacto real em benefício dos cidadãos²:

- . Saúde, alterações demográficas e bem-estar;
- . A Europa num mundo em mudança – sociedades inclusivas, inovadoras e reflexivas;

Estão excluídos deste concurso os projetos que incidam nas seguintes atividades (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro – CAE Rev.3):

- a) Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
- b) Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

Estão ainda excluídos deste concurso os projetos cuja contratação de recursos humanos altamente qualificados seja diretamente decorrente de obrigações expressamente previstas em contratos de concessão com o Estado (Administração Central ou Local).

6. Condições específicas de acesso deste Aviso

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos, previstos no RG FEEI, na sua atual redação, no Regulamento que estabelece as Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu adotado pela [Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março](#), alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro e n.º 175/2018, de 19 de junho, os projetos a apoiar no âmbito do presente Aviso têm ainda de satisfazer as condições específicas de acesso a seguir indicadas.

6.1 Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos beneficiários, previstos nos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Geral dos FEEI, na sua atual redação, e na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de

² Cf. Anexo A – Desafios Societais

março, na sua atual redação, as entidades candidatas devem enquadrar-se nas tipologias de beneficiário do ponto 3.

Não são elegíveis instituições de ensino superior (IES) ou instituições privadas sem Fins lucrativos controladas e maioritariamente financiadas por IES.

6.2 Critérios de elegibilidade dos projetos

Os projetos devem observar as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Contribuírem para os objetivos e a prioridade de investimento enunciados no Ponto 1 do Aviso;
- b) Os recursos humanos a contratar devem ter um grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 7 (mestres, doutorados ou pós-doutorados), nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho;
- c) O grau académico dos recursos humanos a contratar deve ser atribuído por instituições do ensino superior portuguesas em programas acreditados ou obtido em instituições do ensino superior estrangeiras, desde que tenha sido reconhecido nos termos legais aplicáveis;
- d) Quando estejam em causa mestres, para além do grau académico, é exigida uma experiência profissional mínima de 5 anos ou especialização profissional específica relevantes para a área de contratação, no contexto regional em que a entidade contratante se insere;
- e) Apresentarem uma estratégia de inovação organizacional ou de resposta a problemas concretos no âmbito dos desafios sociais, identificando as principais atividades a desenvolver e explicitando a relação entre as competências nucleares e os perfis dos recursos humanos altamente qualificados a contratar e os resultados esperados;
- f) Apresentarem um programa de inserção dos recursos humanos na dinâmica da entidade, identificando os objetivos, as tarefas a atribuir e os recursos complementares que lhes serão afetos, bem como o responsável interno pelo acompanhamento e pela integração dos contratados;
- g) Respeitarem a duração máxima definida no ponto 10 deste AAC;

- h) Terem por base a existência de contrato de trabalho entre o trabalhador e o beneficiário, com a duração mínima de 24 meses;
- i) A data de contratação deve ser posterior à data de apresentação da candidatura;
- j) Os trabalhadores a contratar não podem ter vínculo de trabalho com a entidade beneficiária, ou de entidades suas associadas, durante os 12 meses anteriores à data da candidatura;
- k) Os contratos de trabalho objeto de apoio deverão ser celebrados especificamente para efeitos de desenvolvimento das atividades do projeto e respeitar o regime de exclusividade de funções, considerando-se que a prestação de serviço docente em estabelecimentos de ensino até um máximo de quatro horas por semana não constitui violação do regime de exclusividade;
- l) A contratação de Recursos Humanos no âmbito do projeto determina a impossibilidade de imputar encargos com as respetivas remunerações no âmbito de quaisquer outros projetos;
- m) As contratações não podem corresponder a postos de trabalho de membros de órgãos de direção da entidade, dirigentes, administradores ou cooperadores;
- n) Registarem uma criação líquida de postos de trabalho, ao nível dos recursos humanos altamente qualificados, calculada pela diferença entre a média mensal do ano da conclusão do projeto e a média mensal do ano pré-projeto;
- o) O beneficiário deve comprometer-se a manter na entidade os postos de trabalho apoiados no âmbito do projeto, durante três anos a partir da sua data da conclusão, podendo os quadros técnicos contratados ser substituídos, desde que por outros com qualificação mínima equivalente, devendo ser fundamentado em candidatura a sustentabilidade dos postos de trabalho apoiados.

No âmbito do presente Aviso, é utilizado como referência de pré-projeto o ano de 2018.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

7.1. Despesas elegíveis

São elegíveis os custos salariais com a contratação de recursos humanos altamente qualificados, pelo período máximo de 36 meses, estabelecendo-se, para efeitos de comparticipação no âmbito do presente Aviso, os seguintes limites para o respetivo salário base mensal:

- a) Limite mínimo: 1.200 euros;
- b) Limites máximos:
 - (i) Recursos humanos com nível de qualificação 7 (mestrado): 2.025,35 euros (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 31 da TRU);
 - (ii) Recursos humanos com nível de qualificação 8 (doutoramento e pós-doutoramento): 3.209,67 euros (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 54 da TRU).

Além do salário base, são ainda elegíveis os respetivos encargos sociais obrigatórios (despesas com segurança social e seguro de acidentes de trabalho).

Considera-se salário base: o conjunto de todas as remunerações de carácter certo e permanente sujeitas a tributação fiscal e declaradas para efeitos de proteção social do trabalhador. Consideram-se elegíveis os subsídios de férias e de natal, devendo a sua determinação ser feita nos termos do enquadramento legal aplicável.

O período de elegibilidade das despesas está compreendido entre o dia seguinte ao da apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação, que constituem a data limite para a apresentação do saldo final.

7.2. Despesas não elegíveis

Além das despesas não elegíveis ao FSE, nos termos do artigo 17º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, no âmbito do presente Aviso, não são aceites contribuições em espécie, como forma de realização da contrapartida nacional correspondente à contribuição privada da operação subjacente a cada candidatura.

Não são igualmente elegíveis as despesas com Recursos Humanos que detenham outras formas de vínculo com a entidade beneficiária que não revista a figura de contrato individual de trabalho ou contrato de trabalho em funções públicas.

8. Critérios de seleção das candidaturas

Consideram-se passíveis de seleção e hierarquização as candidaturas consideradas elegíveis, ou seja, que cumpram os requisitos estabelecidos no presente AAC, em matéria de enquadramento e elegibilidade do beneficiário e do projeto.

A metodologia de cálculo para a seleção e hierarquização dos projetos é efetuada com base no indicador Mérito do Projeto (MP) determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares dos Critérios de Seleção, através da seguinte fórmula:

$$MP = 0,60 A + 0,40 B$$

em que:

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto.

O **Referencial de Análise do Mérito do Projeto** é disponibilizado no **Anexo A** do presente Aviso.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do Mérito do Projeto arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis e passíveis de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00, não podendo nenhum dos critérios ter pontuação inferior a 3,00.

Os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do MP sendo, em caso de igualdade de pontuação do Mérito do Projeto, o desempate efetuado em função da maior criação líquida de postos de trabalho proposta ou, registando-se novo empate, em função da data de entrada da candidatura.

A seleção dos projetos a apoiar é efetuada até ao limite orçamental definido no Aviso, sem prejuízo da possibilidade de reforço de dotação pela respetiva Autoridade de Gestão.

9. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente Aviso, cada entidade apenas pode apresentar uma candidatura ao apoio deste PO Regional, a qual poderá integrar a criação de um ou mais postos de trabalho a preencher por recursos humanos altamente qualificados.

10. Duração dos projetos

A duração máxima dos projetos é de 36 meses.

O início do projeto é aferido por referência à data de assinatura do primeiro contrato de recrutamento de recursos humanos altamente qualificados ao abrigo do projeto.

A duração dos projetos não é prorrogável, exceto no caso de desfasamento das datas de celebração de contratos com vários colaboradores ou em caso de necessidade de substituição de colaboradores, desde que não seja ultrapassada a duração máxima fixada para esta tipologia de projetos (36 meses).

11. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

Os apoios a conceder no âmbito deste concurso são calculados através da aplicação às despesas consideradas elegíveis de uma taxa de cofinanciamento comunitário de 85%.

O cofinanciamento comunitário é complementado pela contribuição nacional assegurada por dotações do OSS ou pela entidade beneficiária quando se trate de entidades previstas no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

12. Forma, limites e pagamento dos apoios

12.1 Forma dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito do presente Concurso revestem a forma de incentivo não reembolsável, na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, também designada por custos reais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do RG FEEL.

12.2 Limites e pagamento dos apoios

O pagamento do incentivo à contratação de RHAQ é feito nos termos dos números 6 e 7 do artigo 25.º do RG FEEI:

- a) O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, logo que a operação se inicia, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil;
- b) Os pedidos de reembolso de despesas (efetuadas e pagas pelo beneficiário) são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no portal do Portugal 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação;
- c) No caso de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior;
- d) A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido. Este prazo suspende-se quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, a confirmação de cópias de documentos através dos respetivos originais ou o envio de documentos ou esclarecimentos adicionais, relativos ao pedido de reembolso em análise;
- e) O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total de incentivo aprovado;
- f) O pedido de pagamento de saldo final (referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo) deve ser apresentado através de plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação.

A subvenção final apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização foram cumpridas, conforme discriminado no ponto 17 do presente Aviso.

13. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no [Balcão 2020](#).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, da Região ou do Programa Operacional a que pretenda candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação / submissão.

Ao abrigo do presente Aviso a apresentação de candidaturas decorre entre **o dia seguinte ao da publicação e o dia 30 de janeiro de 2020 (17h 59m 59s)**.

Juntamente com o Formulário eletrónico de apresentação de candidaturas devem ser apresentados os anexos exigidos no Guia de Preenchimento do Formulário de Candidatura, os quais incluem a apresentação da Memória Descritiva do projeto que deve contemplar os seguintes pontos:

- a) Demonstração do contributo para a prossecução dos objetivos da Prioridade de Investimento 8.5, evidenciando o contributo esperado com a contratação de recursos humanos altamente qualificados para a concretização da estratégia de inovação, de transferência e valorização do conhecimento e de resposta a problemas concretos no âmbito dos desafios societais.
- b) Plano de inserção dos recursos humanos altamente qualificados na estratégia de inovação da empresa, especificando, designadamente: identificação da necessidade e do número de recursos humanos altamente qualificados a integrar, bem como a adequabilidade do perfil ou perfis às aludidas estratégias.
- c) Justificação, quando aplicável, do alinhamento com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e outras condições específicas identificadas no **Anexo C**.

14. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do RG FEEI, de que se salienta os pontos seguintes.

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Norte, para a presente tipologia de projetos e previstos neste Aviso.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento de cada uma das fases do concurso.

O prazo de decisão suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelos candidatos, no prazo referido, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentação de eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

No **Anexo D** apresentam-se os diagramas ilustrativos sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas, referentes a cada uma das fases para apresentação de candidaturas.

Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia acima referida suspende a contagem do prazo fixado de 60 dias úteis para a adoção da decisão.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas no prazo de 40 dias úteis a contar da data limite para apresentação das alegações contrárias (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

Os projetos não apoiados que, em resultado deste processo de reapreciação, venham a obter um MP que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projetos selecionados e apoiados no âmbito da respetiva fase do concurso, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito da mesma.

A decisão final é notificada pela AG ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, a qual é submetida eletronicamente e autenticada, nos termos do artigo 11.º RG FEEI.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do RG FEEI, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação orçamental global do FSE afeta ao presente concurso é de 4 milhões de euros, correspondendo às seguintes dotações indicativas por fase:

Dotação Orçamental (FSE)		
1.ª Fase	2.ª Fase	Total
2.000.000 €	2.000.000 €	4.000.000 €

17. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

Prosseguindo a orientação para resultados, os projetos a apoiar devem contribuir para os indicadores de realização e de resultados do Programa Operacional financiador.

A quantificação dos indicadores de realização e de resultado é efetuada pela entidade candidata em sede de apresentação da candidatura, sendo objeto de ponderação no âmbito do processo de seleção estabelecido no presente Aviso e do processo de monitorização durante a fase de execução do projeto. Acresce que os indicadores de realização e de resultado são objeto de contratualização com os beneficiários, a aferir mediante a verificação do pagamento de contribuições para a Segurança Social.

17.1 Indicador de realização

A aferição do grau realização do projeto é efetuada com base no seguinte indicador:

- *“Pessoal altamente qualificado contratado (n.º)” (aferido pelo n.º de contratações realizadas no âmbito do projeto).*

17.2 Indicador de resultado

A aferição dos resultados do projeto é efetuada através dos seguintes indicadores:

- *“Pessoal altamente qualificado contratado que se encontra empregado seis meses após o apoio”,* aferido através da relação entre o n.º RHAQ contratados no âmbito do projeto e o n.º dos que se encontram empregados, seis meses após a conclusão da operação, entendido como o último mês de contratação elegível (%).

Esta aferição será efetuada uma vez decorrido o período de 6 meses após encerramento financeiro do projeto, isto é, do pagamento do Saldo, podendo implicar a reabertura do Saldo Final.

18. Incumprimento das obrigações dos Beneficiários

O incumprimento das obrigações do Beneficiário, incluindo os objetivos contratados, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do incentivo, podem determinar a redução do incentivo ou a revogação da decisão artigo 23.º do RG FEEI.

19. Programa Operacional financiador

O financiamento dos projetos no âmbito do presente Aviso é assegurado pelo Programa Operacional Regional do Norte.

20. Organismos responsáveis pela análise

As funções em causa são asseguradas diretamente pela AG do Norte 2020.

21. Informação e pontos de contacto

Informações adicionais ou esclarecimentos podem ser obtidos:

1. No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt):
 - a) Aviso e documentação anexa
 - b) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora, formulário de candidatura e respetivo guia de apoio ao seu preenchimento;
 - c) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso relativas ao Balcão 2020, através do menu “Contacte-nos”;
 - d) Resultados do concurso.
2. No site do NORTE 2020 (<http://www.norte2020.pt/>) :
 - a) Informações de enquadramento geral (legislação vária), em especial a aplicável ao NORTE 2020;
 - b) Aviso e documentação anexa;
 - c) FAQ;
 - d) Resultados do concurso
 - e) Suporte técnico e assistência ao esclarecimento de dúvidas: Informações sobre o Aviso e regras aplicáveis, através do menu “Sugestões e Dúvidas” (email norte2020@ccdr-n.pt). Através da linha de atendimento do NORTE 2020: +351 22 766 2020 (Horário: 9:00–13:00/14:00–18.00).

Porto, 7de novembro de 2019

Programa Operacional Regional do Norte 2020

O Presidente da Comissão Diretiva

Fernando Freire de Sousa

Anexo A | Desafios sociais

Desafios sociais	Linhas de atuação
1. Saúde, Alterações demográficas e Bem-estar	
1.1. Sistemas de saúde e de prestação de cuidados de elevada qualidade, economicamente sustentáveis e inovadores	
1.2. Compreensão de fatores determinantes da saúde (Nutrição, atividade física, género, ambiente, socioeconómicos, ocupacionais, relacionados com o clima...)	
1.3. Prevenção, tratamento, vigilância e gestão de doenças e deficiências (doenças cardiovasculares, cancro, diabetes, doenças reumáticas e músculo-esqueléticas, doenças raras, doenças cerebrais, doenças infecciosas, doenças relacionadas com a pobreza; doenças veiculadas por animais, combate a epidemias)	
1.4. Saúde ao longo da vida	
1.5. Envelhecimento ativo, autónomo e saudável	
2. Segurança alimentar, Agricultura e silvicultura sustentáveis, Investigação marinha e marítima e nas águas interiores, e Bioeconomia	
2.1. Agricultura e silvicultura sustentáveis (disponibilidade de quantidade suficiente de alimentos, de biomassa e de outras matérias-primas, através de uma maior produtividade, respeito e eficiência na utilização de recursos, minimizando a produção de resíduos; consumo sustentável; interação com a saúde e bem-estar e ecologização urbana)	
2.2. Setor agroalimentar sustentável e competitivo que permita um regime alimentar seguro e saudável (alimentos seguros, saudáveis e de alta qualidade, escolha informada do consumidor, soluções e inovações dietéticas e métodos que utilizem menores recursos e aditivos e com menor quantidade de subprodutos e poluentes)	
2.3. Libertar o potencial dos recursos vivos aquáticos (gerir, explorar e manter os recursos aquáticos de forma sustentável, maximizando os benefícios sociais e económicos e preservando a biodiversidade)	
2.4. Bioindústrias sustentáveis e competitivas que apoiem o desenvolvimento de uma bioeconomia europeia (promover indústrias de base biológica hipocarbónicas, eficientes na utilização de recursos, sustentáveis e competitivas)	
2.5. Investigação marinha e marítima de natureza transversal (aumentar o impacto dos mares e oceanos sobre a sociedade – exploração sustentável de recursos marinhos, uso de diferentes fontes de energia marinha e amplificação dos usos que se fazem dos mares)	
3. Energia Segura, Não Poluente e Eficiente	
3.1. Redução do consumo de energia e da pegada de carbono mediante uma utilização inteligente e sustentável	
3.2. Fornecimento de eletricidade hipo-carbónica, a baixo custo (energias renováveis, maior eficiência e menos poluição no uso dos combustíveis fósseis)	
3.3. Combustíveis alternativos e fontes de energia móveis	
3.4. Uma rede europeia de eletricidade única e inteligente	
3.5. Novos conhecimentos e tecnologias (tecnologias energéticas limpas, seguras e sustentáveis)	
3.6. Processo decisório sólido e envolvimento do público (compreensão das tendências e perspetivas socioeconómicas relacionadas com a energia)	
3.7. Adoção da inovação energética pelo mercado (aceitação pelo mercado de novas tecnologias e serviços energéticos)	
4. Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados	
4.1. Transportes eficientes em termos de recursos e respeitadores do ambiente (aeronaus, veículos e navios menos poluentes; equipamentos, infraestruturas, serviços e sistemas inteligentes; transportes e mobilidade urbana)	

4.2. Melhor mobilidade, menos congestionamento e maior segurança e proteção (sistemas de transporte sem descontinuidade, intermodais, inclusivos, acessíveis, baratos, seguros, protegidos, saudáveis e robustos)

4.3. Liderança mundial para a indústria europeia de transportes (reforçar a competitividade e desenvolvimento da indústria dos transportes e atividades conexas, mantendo a liderança europeia em domínios como a aeronáutica; próxima geração de meios de transporte)

4.4. Investigação socioeconómica e comportamental e atividades prospetivas para a definição de políticas (compreensão dos impactes socioeconómicos, tendência e perspetivas relacionadas com os transportes)

5. Ação Climática, Ambiente, Eficiência de Recursos e Matérias-Primas

5.1. Combate e adaptação às alterações climáticas (emissão de CO2 e outros gases de efeito de estufa, compreensão das alterações climáticas e riscos associados a fenómenos extremos, avaliação de impactes e vulnerabilidades, prevenção e estratégias de atenuação,...)

5.2. Proteção do ambiente, gestão sustentável dos recursos naturais, água, biodiversidade e ecossistemas

5.3. Garantir o abastecimento sustentável de matérias-primas não energéticas e não-agrícolas (extração, transformação, reutilização, reciclagem e reutilização de matérias-primas e sua substituição por alternativas economicamente atrativas e sustentáveis)

5.4. Viabilizar a transição para uma sociedade e economia ecológicas através da eco-inovação (tecnologias, processos, serviços e produtos eco-inovadores, modelos económicos sustentáveis, promover a eficiência de recursos através de sistemas digitais)

5.5. Desenvolver sistemas de observação e informação globais abrangentes e sustentados (observação e monitorização da Terra)

5.6. Património cultural (permitir a existência de um património cultural dinâmico e sustentável em resposta às alterações climáticas)

6. Europa num Mundo em Mudança – Sociedades Inclusivas, Inovadoras e Ponderadas

6.1. Sociedades Inclusivas (resposta dos modelos Europeus de coesão social e bem-estar a fatores como migrações, alterações demográficas, envelhecimento da sociedade, a deficiência, a educação e aprendizagem ao longo da vida, bem como a redução da pobreza e da exclusão social, tendo em conta as diversidades culturais e regionais)

6.2. Sociedades inovadoras (envolvimento dos cidadãos, organizações da sociedade civil, empresas e utilizadores da investigação e desenvolvimento e na promoção de políticas coordenadas de investigação e desenvolvimento no contexto da globalização e da necessidade de promover os mais altos padrões éticos; novas formas de inovação, com ênfase especial na inovação social e na criatividade e compreensão do modo como todas as formas de inovação são desenvolvidas, têm sucesso ou falham; fazer uso do potencial inovador, criativo e produtivo de todas as gerações; promover a cooperação coerente e eficaz com países terceiros)

6.3. Sociedades reflexivas – património cultural e identidade europeia (estudo, designadamente com recurso a novas tecnologias, da herança cultural, memória, identidade, integração e interação e translação cultural, investigação sobre a história, literatura, arte, filosofia e religiões dos países e regiões Europeus e como estes informam a diversidade Europeia contemporânea; investigação sobre o papel da Europa no mundo e sobre os laços e influência mútua entre diferentes partes do globo, bem como uma perspetiva externa sobre as culturas Europeias)

7. Sociedades Seguras – Defender a Liberdade e a Segurança da Europa e dos seus Cidadãos

7.1. Combater o crime, o tráfico ilegal e o terrorismo, nomeadamente mediante um maior conhecimento das ideias e convicções terroristas e da luta contra as mesmas

7.2. Proteger e melhorar a resiliência das infraestruturas críticas, das cadeias de fornecimentos e dos meios de transporte

7.3. Reforçar a segurança através da gestão das fronteiras

7.4. Melhorar a segurança cibernética

7.5. Aumentar a resiliência da Europa às crises e desastres

7.6. Garantir a privacidade e liberdade, inclusive na Internet, e melhorar o entendimento legal e ético da sociedade em todas as áreas da segurança, risco e gestão

7.7. Melhorar a normalização e a interoperabilidade dos sistemas, inclusive para fins de emergência

7.8. Apoiar as políticas de segurança externa da União, incluindo a prevenção de conflitos e a consolidação da paz

Anexo B | Referencial de Análise do Mérito do Projeto

A metodologia de cálculo para a seleção e hierarquização dos projetos é efetuada com base no indicador Mérito do Projeto (MP), determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares dos Critérios de Seleção para a tipologia de projetos “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ)”, aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Norte.

Os critérios de seleção para a tipologia de projetos Contratação de RHAQ correspondem a dois domínios de avaliação (a qualidade do projeto e o seu impacto na competitividade da entidade e da região de localização):

- **A. Qualidade do projeto**
- **B. Impacto do projeto**

O Mérito do Projeto (MP) corresponde à média ponderada das pontuações parcelares de cada critério de seleção, arredondada às centésimas e calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = 0,60 A + 0,40 B$$

Cada critério (e subcritério) é pontuado numa escala compreendida num intervalo contínuo de 1 a 5, de acordo com a metodologia e referenciais abaixo indicados, sendo o resultado do Mérito do Projeto arredondado à centésima.

Para que possa ser elegível, o projeto tem que obter uma pontuação mínima de 3,00 pontos em cada critério A e B.

A. Qualidade do Projeto

Neste critério procura-se avaliar se a estratégia de inovação da entidade se traduz num reforço de capacidade e de organização, assente na intensificação da incorporação de conhecimento nos produtos/serviços a disponibilizar e se a estrutura do programa de recursos humanos altamente qualificados (existentes e a contratar) é pertinente e adequada face a essa estratégia e aos objetivos visados.

Esta aferição é efetuada através dos seguintes subcritérios:

A1. Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação

A2. Adequação do perfil dos RHAQ a contratar

$$A = 0,55 A1 + 0,45 A2$$

A1. Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação

Neste subcritério é avaliada a coerência e racionalidade da estrutura do projeto, considerando para o efeito os seguintes parâmetros:

- a) A estratégia de inovação traduz-se num reforço de capacidade e de organização orientados para a valorização do conhecimento ou posicionamento na cadeia de valor assente nos vetores competitivos de Inovação e I&D;
- b) Os objetivos a alcançar em matéria de intensificação da incorporação de conhecimento de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação com vista à resposta a problemas concretos no âmbito dos desafios sociais;
- c) A necessidade e grau de pertinência da contratação de RHAQ para a concretização da estratégia de inovação subjacente ao projeto e tendo em conta os recursos humanos existentes.

A pontuação deste subcritério é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Subcritério A1		
	Valoração	Pontuação
Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação definida	O programa de inserção de recursos humanos a contratar demonstra que é coerente, cobrindo de forma satisfatória todas as alíneas a), b) e c), as quais estão explicitadas de forma clara	5
	O programa de inserção de recursos humanos a contratar não demonstra de forma clara a total coerência com a estratégia de inovação e os objetivos a alcançar, nem explicita de forma clara alguns dos aspetos previstos nas alíneas a), b) e c)	3
	O programa de inserção dos recursos humanos a contratar revela incoerências entre objetivos, recursos afetos e impactos, sendo vago na resposta à maioria das alíneas a), b) e c)	1

A2. Adequação do perfil dos RHAQ a contratar

Neste subcritério é avaliada a adequação do perfil dos RHAQ a contratar, considerando para o efeito os seguintes parâmetros:

- a) O perfil dos RHAQ a contratar é adequado às necessidades refletidas na estratégia;
- b) E permite aumentar o potencial de conhecimento e inovação (aferido pela correspondente Taxa de Enquadramento)

A pontuação deste subcritério é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Subcritério A2		
		Pontuação
O perfil dos recursos humanos a contratar é adequado à estratégia de inovação definida e é determinante para os objetivos a alcançar em matéria de intensificação da incorporação de conhecimento nos produtos/ serviços disponibilizados	Forte	5
	Média	3
	Reduzida	2

Nos projetos onde pelo menos um dos recursos humanos a contratar seja “doutorado ou pós-doutorado” oriundo de entidades do sistema científico e tecnológico localizadas na região NUTS II” do POR financiador:

- a) a pontuação do subcritério A2 resultante da aplicação da tabela é majorada com um ponto adicional;
- b) A pontuação máxima do subcritério A2 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição de majoração.

B. Impacto do projeto

Neste critério procura-se avaliar o potencial impacto do projeto para a competitividade regional, sendo aferido através dos seguintes subcritérios:

B1. Alinhamento com a Estratégia regional para uma Especialização Inteligente (RIS3)

B2. Contributo para os indicadores de resultado e de realização do PO Regional financiador

$$B = 0,60 B1 + 0,40 B2$$

B1. Alinhamento com a Estratégia regional para uma Especialização Inteligente (RIS3)

Este subcritério pretende aferir se o projeto contribui para o aumento da especialização da NUTS II Região do Norte nos domínios considerados prioritários no âmbito da correspondente Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3), sendo a avaliação efetuada através da matriz específica que consta do **Apêndice 1** ao presente Anexo.

B2. Contributo para os indicadores de resultado e de realização do PO Regional

Neste subcritério procura-se avaliar o contributo do projeto para o alcance dos indicadores de resultado e de realização do Programa Operacional financiador, salvaguardando que, 6 meses após a conclusão do projeto, a Taxa de Enquadramento [Taxa de Emprego Altamente Qualificado (Tx. EAQ)³] se mantém ou aumenta, privilegiando-se o nível de criação líquida de postos de trabalho assegurados.

A pontuação será determinada de acordo com a seguinte tabela:

Variação (medida em pontos percentuais) do Pré-projeto até 6 meses após a conclusão do projeto	Tx. EAQ pré-projeto		
	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Indústria e Turismo	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Outros Setores	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Diminuição da Tx. EAQ	1	1	1
Manutenção da Tx. EAQ	1	1,5	2
0 <Tx. EAQ ≤ 10 p.p. ⁴	1,5	2	2
10 <Tx. EAQ <20 p.p.	2	3	4
Tx. EAQ ≥20 p.p.	3	4	5

Para criação de empresas (projetos sem dados pré-projeto), aplica-se a seguinte tabela:

³ A Tx. EAQ corresponde ao número médio de trabalhadores com nível de qualificação igual ou superior a 6 sobre o número total de trabalhadores, conforme instruções de preenchimento do anexo Quadro "TX_EAQ".

⁴ p.p. = pontos percentuais

Situação 6 meses após a conclusão do projeto	Pontuação
Tx. EAQ <10%	1
10% ≤ Tx. EAQ <15%	3
Tx. EAQ ≥ 15%	5

Majoração correspondente ao nível de qualificação dos RHAQ contratado:

Nível de qualificação dos RHAQ contratados	Majoração
Contratado 1 RH altamente qualificado	Sem majoração
Contratados entre 2 e 4 RH altamente qualificados Ou Contratado 1 RH com doutoramento ou pós-doutoramento (nível de qualificação equivalente a nível 8)	0,5
Contratados 5 ou mais RH altamente qualificados Ou Contratados 2 ou mais RH com doutoramento ou pós-doutoramento (nível de qualificação equivalente a nível 8)	0,75

A pontuação máxima do subcritério B2 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição de majoração.

Anexo B | Apêndice 1

Matriz específica de avaliação do subcritério B1

Enquadramento nas RIS3 regionais e o grau de alinhamento com os respetivos domínios prioritários

NUTS II NORTE

O subcritério B1 visa avaliar o alinhamento do projeto com a estratégia de especialização inteligente da região do norte (RIS3). Neste subcritério, o projeto é avaliado de acordo com a tabela abaixo, que considera o seu enquadramento num domínio prioritário da RIS3, em função do respetivo racional, de acordo com a explicitação do mesmo no documento “Norte 2020 Estratégia Regional de Especialização Inteligente”. Pode-se assim obter as seguintes valorações: Muito elevado – 5 pontos; Elevado – 4 pontos; Médio – 3 pontos; Reduzido – 2 pontos.

Enquadramento num Domínio Prioritário da RIS3		Valoração
Nuclear	Cultura, criação e moda	5
	Sistemas avançados de produção	5
	Sistemas agroambientais e alimentação	5
	Indústrias da mobilidade e ambiente	5
Emergente	Ciências da vida e saúde	4
	Capital Simbólico, tecnologias e serviços do turismo	4
Wild-card	Recursos do mar e economia	3
	Capital humano e serviços especializados	3
Não enquadrado		2

O enquadramento de um projeto num determinado domínio prioritário da RIS3 deve respeitar os termos estabelecidos no respetivo racional, de acordo com os seguintes descritores:

Enquadramento num Domínio Prioritário da RIS3: Descritores	
Cultura, criação e moda	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Cultura, criação e moda, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • O projeto incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Cultura, criação e moda, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse mesmo domínio prioritário, nos termos estabelecidos no respetivo racional.

Enquadramento num Domínio Prioritário da RIS3: Descritores	
Sistemas avançados de produção	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Sistemas avançados de produção, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • O projeto incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Sistemas avançados de produção, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse mesmo domínio, nos termos estabelecidos no respetivo racional.
Sistemas agroambientais e alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Sistemas agroambientais e alimentação, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • O projeto incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Sistemas agroambientais e alimentação, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse domínio, nos termos estabelecidos no respetivo racional.

Enquadramento num Domínio Prioritário da RIS3: Descritores	
Indústrias da mobilidade e ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Indústrias da mobilidade e ambiente e está associado aos setores da mobilidade, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • O projeto incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Indústrias da mobilidade e ambiente, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse domínio e está associado aos setores da mobilidade, nos termos estabelecidos no respetivo racional.
Ciências da vida e saúde	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Ciências da vida e saúde, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • O projeto incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Ciências da vida e saúde, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse mesmo domínio, nos termos estabelecidos no respetivo racional.
Capital Simbólico, tecnologias e serviços do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo e o investimento visa a valorização de recursos e ativos de caráter simbólico e identitário, identificados nos Recursos e Ativos desse mesmo domínio prioritário, nos termos estabelecidos no respetivo racional.
Recursos do mar e economia	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Recursos do mar e economia, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • Incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Recursos do mar e economia, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse mesmo domínio prioritário, nos termos estabelecidos no respetivo racional.
Capital humano e serviços especializados	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto incide sobre um setor de atividade identificado na Base Empresarial do domínio prioritário Capital humano e serviços especializados, nos termos estabelecidos no respetivo racional; ou • O projeto incide sobre um Recurso e Ativo do domínio prioritário Capital humano e serviços especializados, tendo como foco um setor de atividade identificado na Base Empresarial desse mesmo domínio prioritário, nos termos estabelecidos no respetivo racional.
Não enquadrado	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto não incide num setor de atividade económica identificado na Base Empresarial de qualquer um dos domínios prioritários da RIS3, nem incide sobre um Recurso e Ativo estabelecido no racional de qualquer um desses domínios cujo foco seja um setor de atividade económica das respetivas Bases Empresariais, nos termos dos respetivos racionais.

No Anexo C encontra-se descrito, de forma sintética, o referencial metodológico de construção da RIS3 e as áreas que sustentam o racional de cada um dos domínios de especialização inteligente, considerando os seus recursos e ativos, a sua base empresarial e as dimensões da procura.

Anexo C | Domínios Prioritários da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3)

NUTS II NORTE – RIS3

A RIS 3 para a Região NUTS II Norte “Norte 2020 Estratégia Regional de Especialização Inteligente” está disponível no *website* do PO Regional NORTE 2020 [RIS3 NORTE](#).

Apresenta-se abaixo, de forma sintética, o referencial metodológico de construção da RIS3 e as áreas que sustentam o racional de cada um dos domínios de especialização inteligente, considerando os seus recursos e ativos, a sua base empresarial e as dimensões da procura.

A concretização da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte, fundada nas características distintivas e no potencial existente e emergente de afirmação competitiva internacional, baseou-se numa avaliação da massa crítica científica regional, da base empresarial e da existência e potencial de articulação com utilizadores avançados. Pretendeu-se identificar domínios onde se concentre massa crítica relevante e reais e potenciais interações entre entidades do sistema científico e tecnológico, produtores de tecnologia e utilizadores avançados.

Este racional, sintetizado na figura seguinte, orientou, assim, a construção da estratégia de especialização inteligente da Região do Norte.

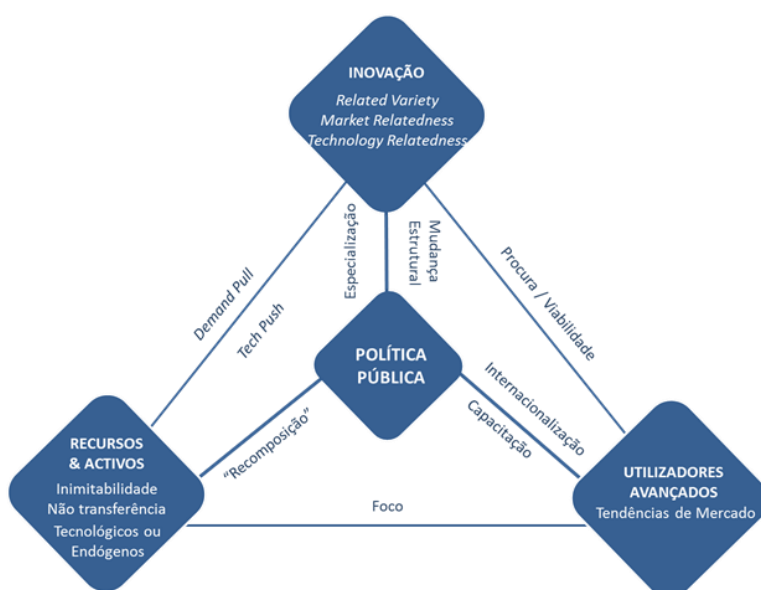


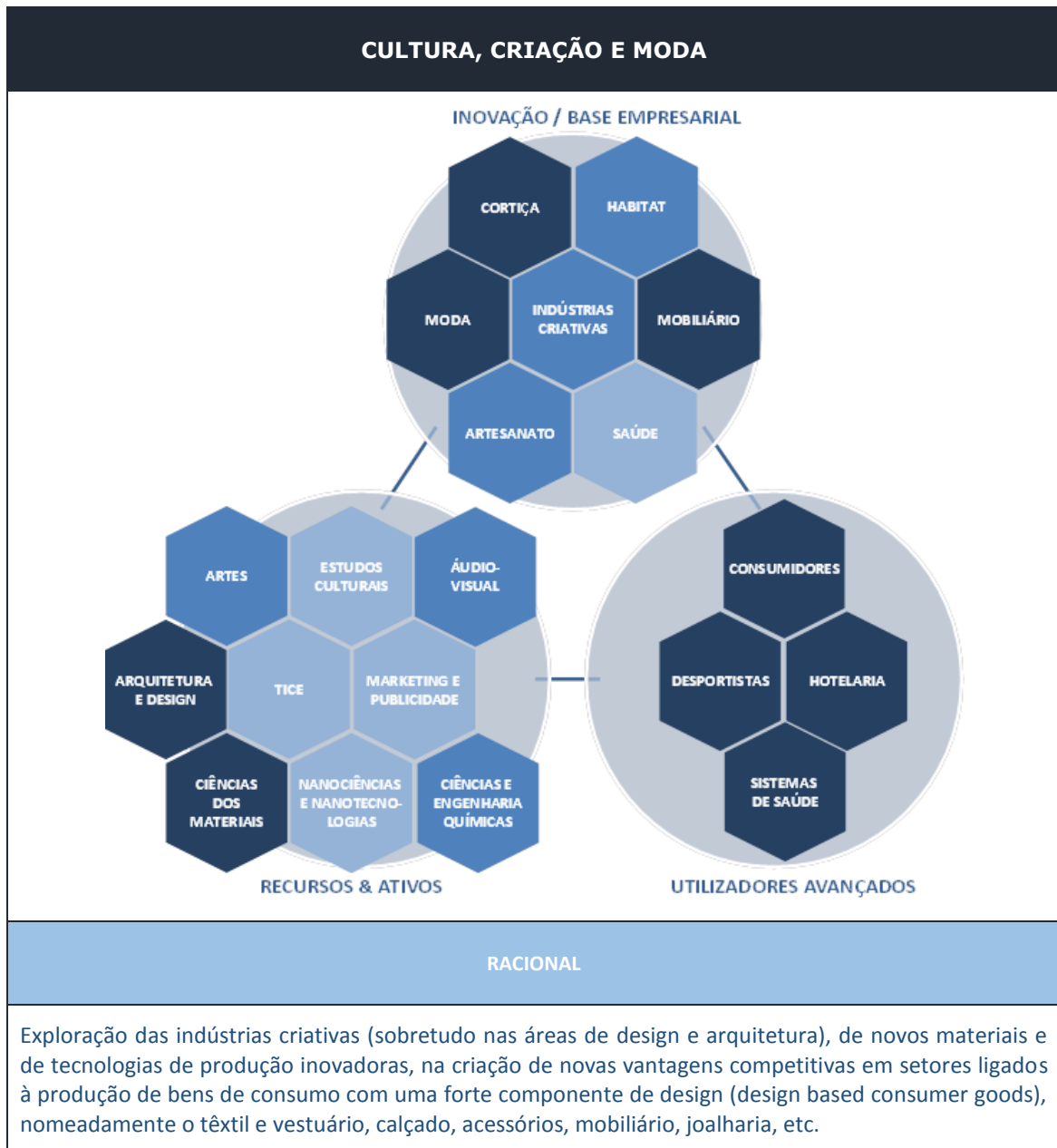
Figura: Referencial teórico para a definição dos domínios prioritários

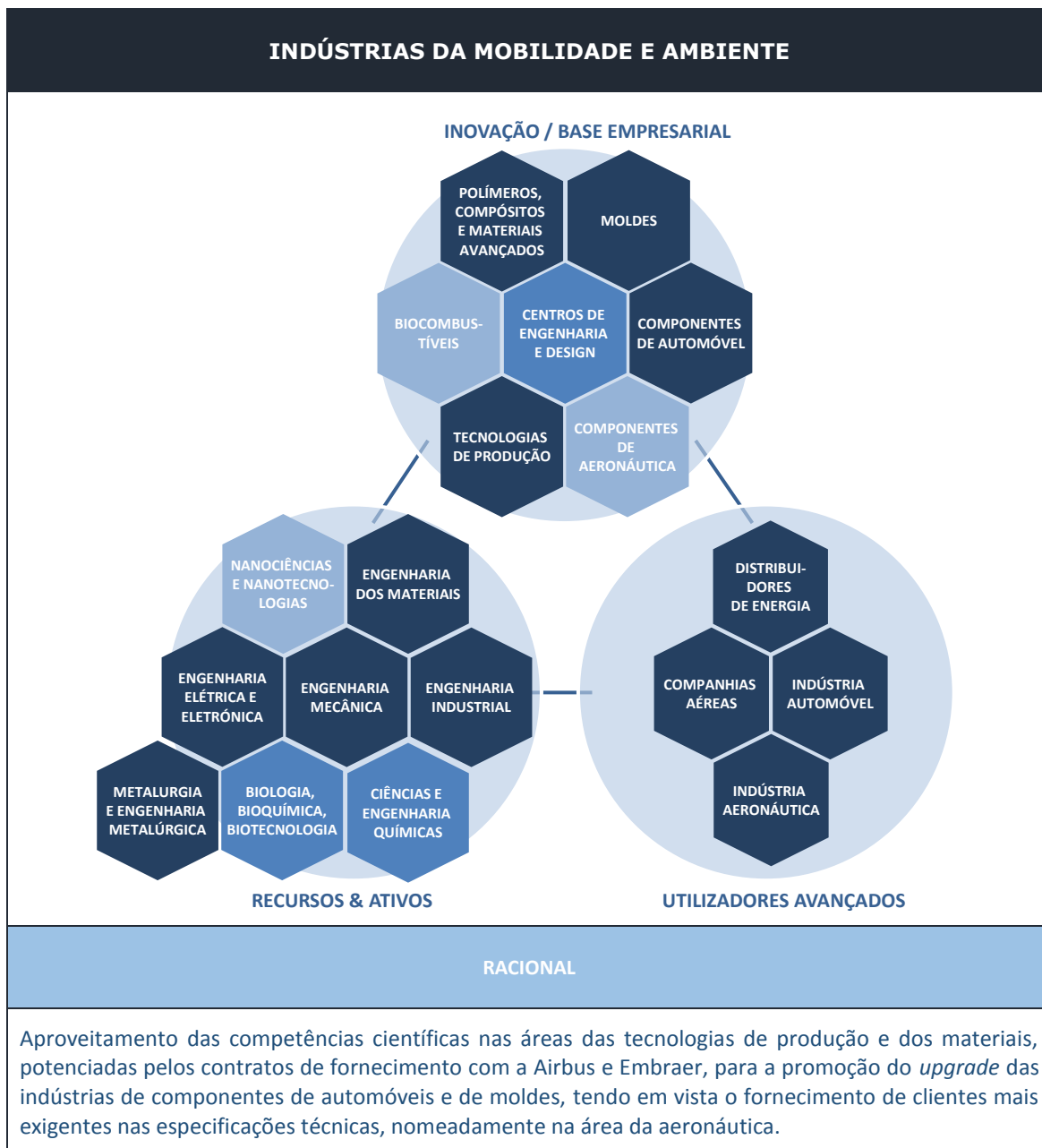
Esta avaliação traduziu-se na identificação de oito domínios prioritários e correspondentes racionais. No centro da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte estão considerados quatro domínios nucleares, designadamente, “Cultura, Criação e Moda”, “Indústrias da Mobilidade e Ambiente”, “Sistemas Avançados de Produção” e “Sistemas Agroambientais e Alimentação”. Os domínios classificados como emergentes são as “Ciências da vida e saúde” e “Capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo”. Por último, são como apostas regionais (wild-card), áreas de aposta de maior risco, os domínios “Recursos do mar e economia” e “Capital humano e serviços especializados”.

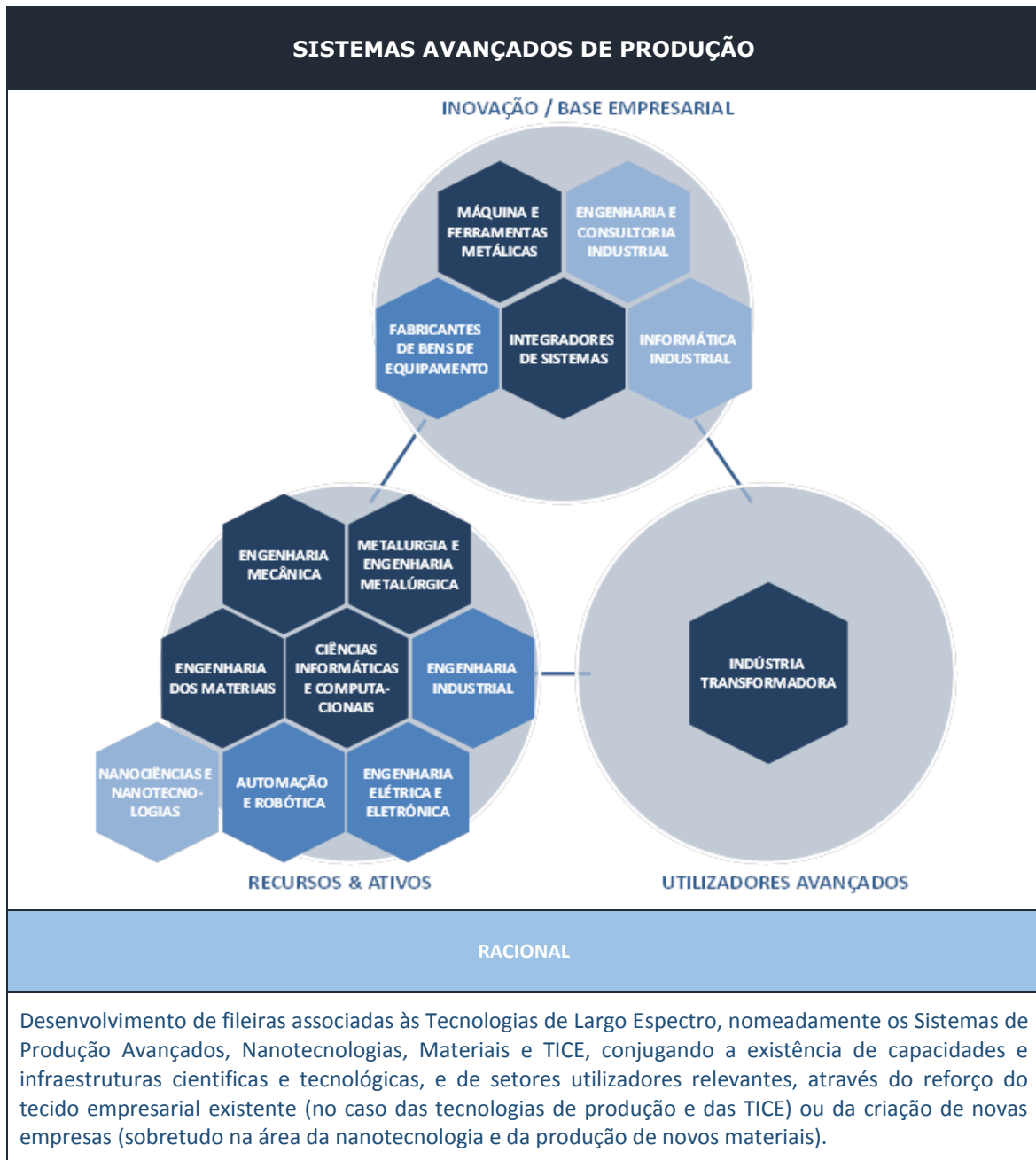
Para cada domínio prioritário da RIS3, foi estabelecido um racional e um diagrama de suporte que ilustra as atividades económicas enquadradas para a concretização do racional preconizado. As atividades económicas encontram-se inseridas na Base Empresarial, estabelecendo relações, a montante, com os Recursos e Ativos e, a jusante, com os Utilizadores Avançados.

O enquadramento de um projeto na RIS3 tem de considerar a relevância do seu perfil setorial de atividade económica para a Base Empresarial do domínio prioritário estabelecido ou a sua incidência sobre um Recurso e Ativo estabelecido no racional do domínio prioritário cujo foco são as atividades económicas da Base Empresarial do respetivo racional; a não ser que se trate de domínios prioritários em que predominem Recursos e Ativos de carácter simbólico e identitário, isto é, ativos intensivos em território, em que o enquadramento de uma dada atividade económica na Base Empresarial só se justifica, nos termos do respetivo racional, quando contribuir para a valorização desses Recursos e Ativos.

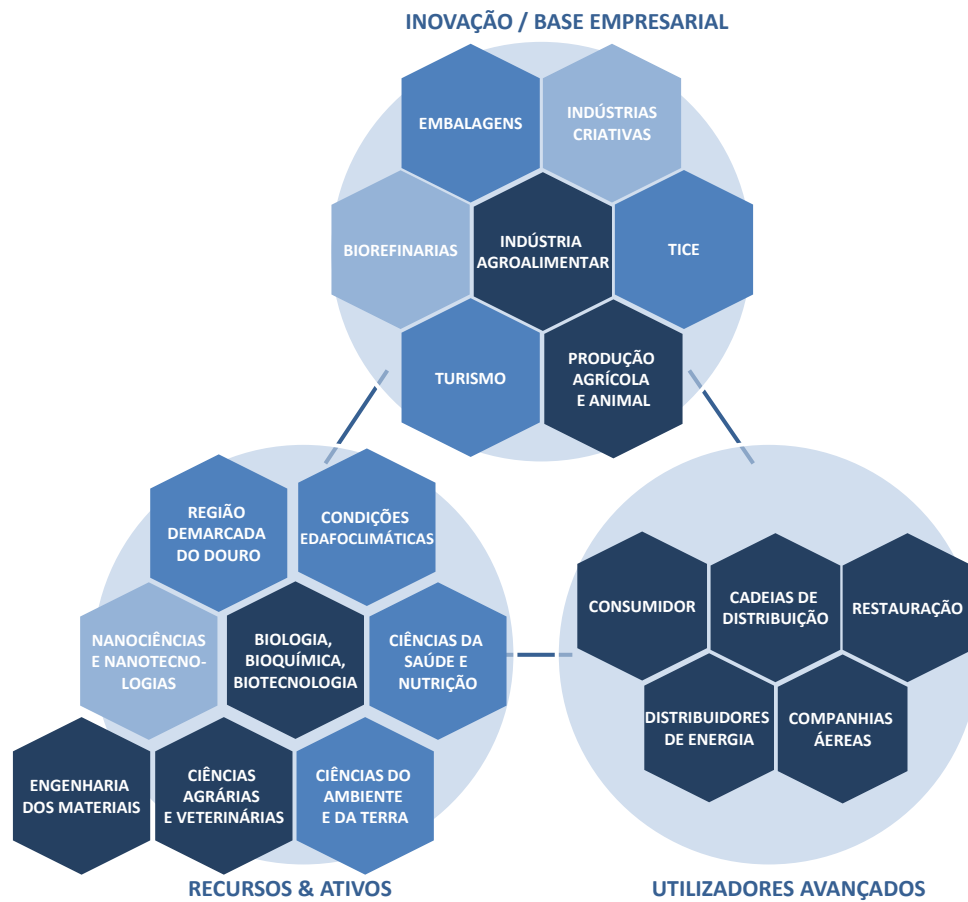
Nos quadros seguintes encontram-se descritas as áreas que sustentam o racional de cada um dos domínios de especialização inteligente, considerando os seus recursos e ativos, a sua base empresarial e as dimensões da procura.



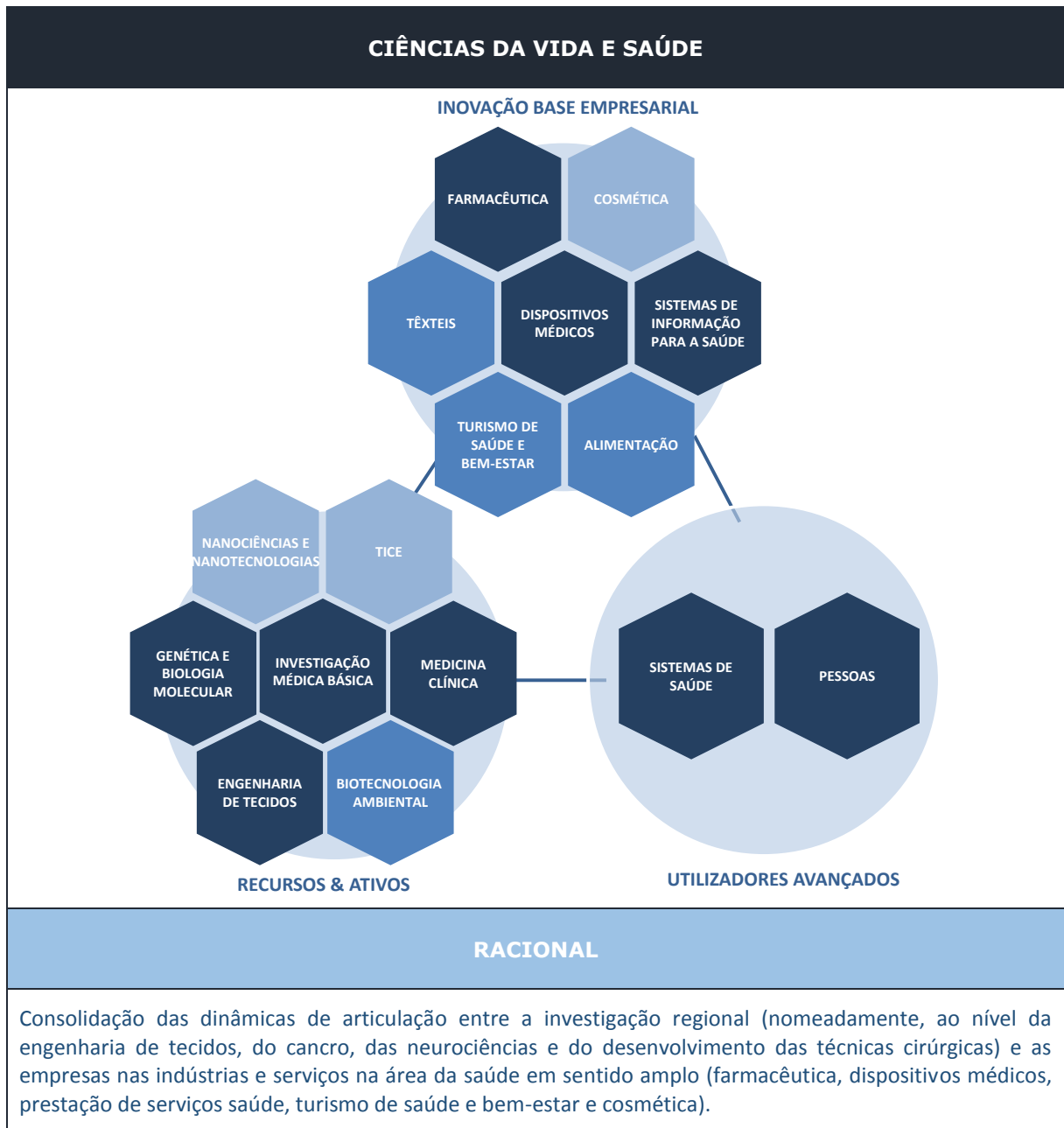




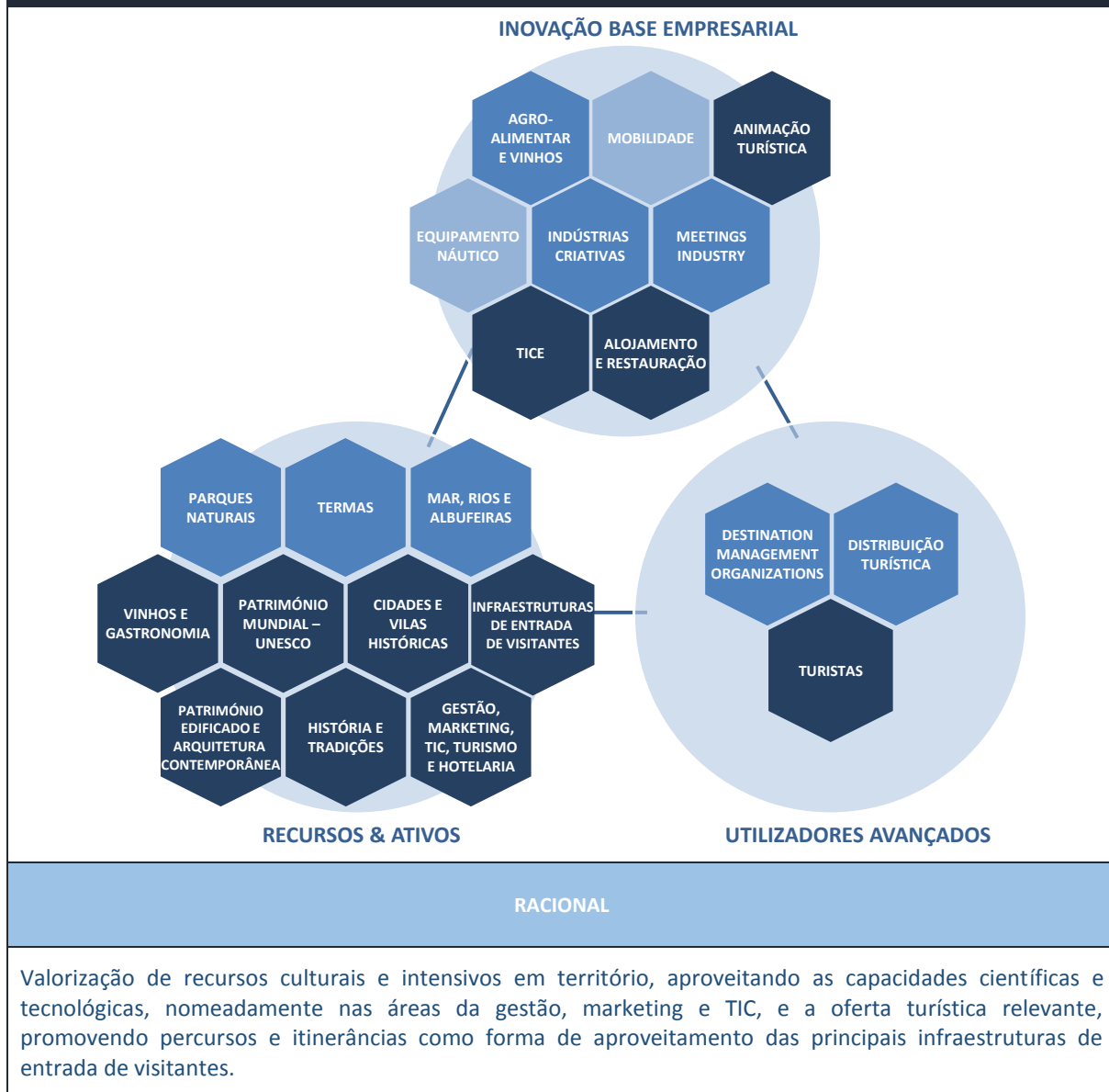
SISTEMAS AGROAMBIENTAIS E ALIMENTAÇÃO

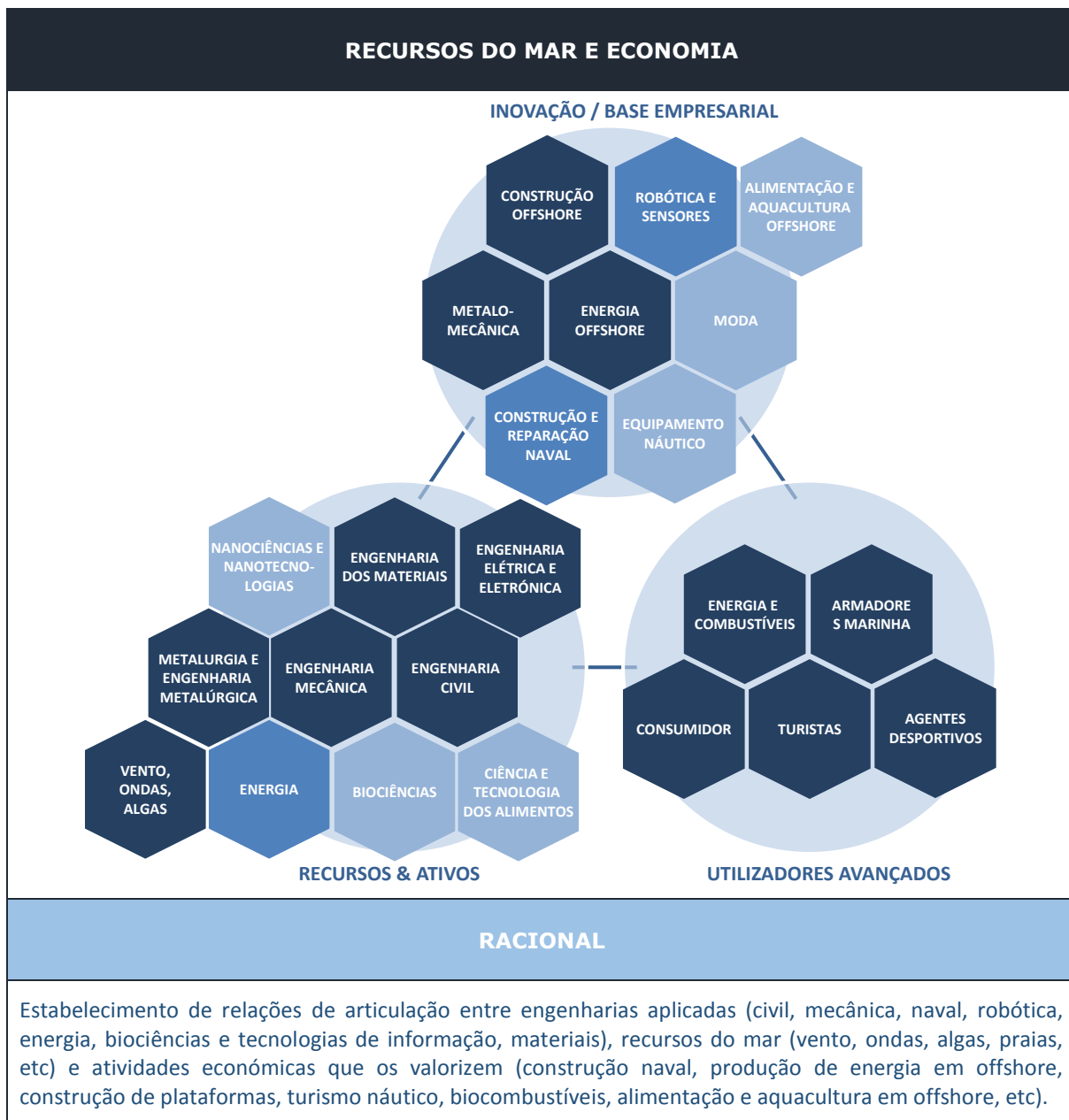


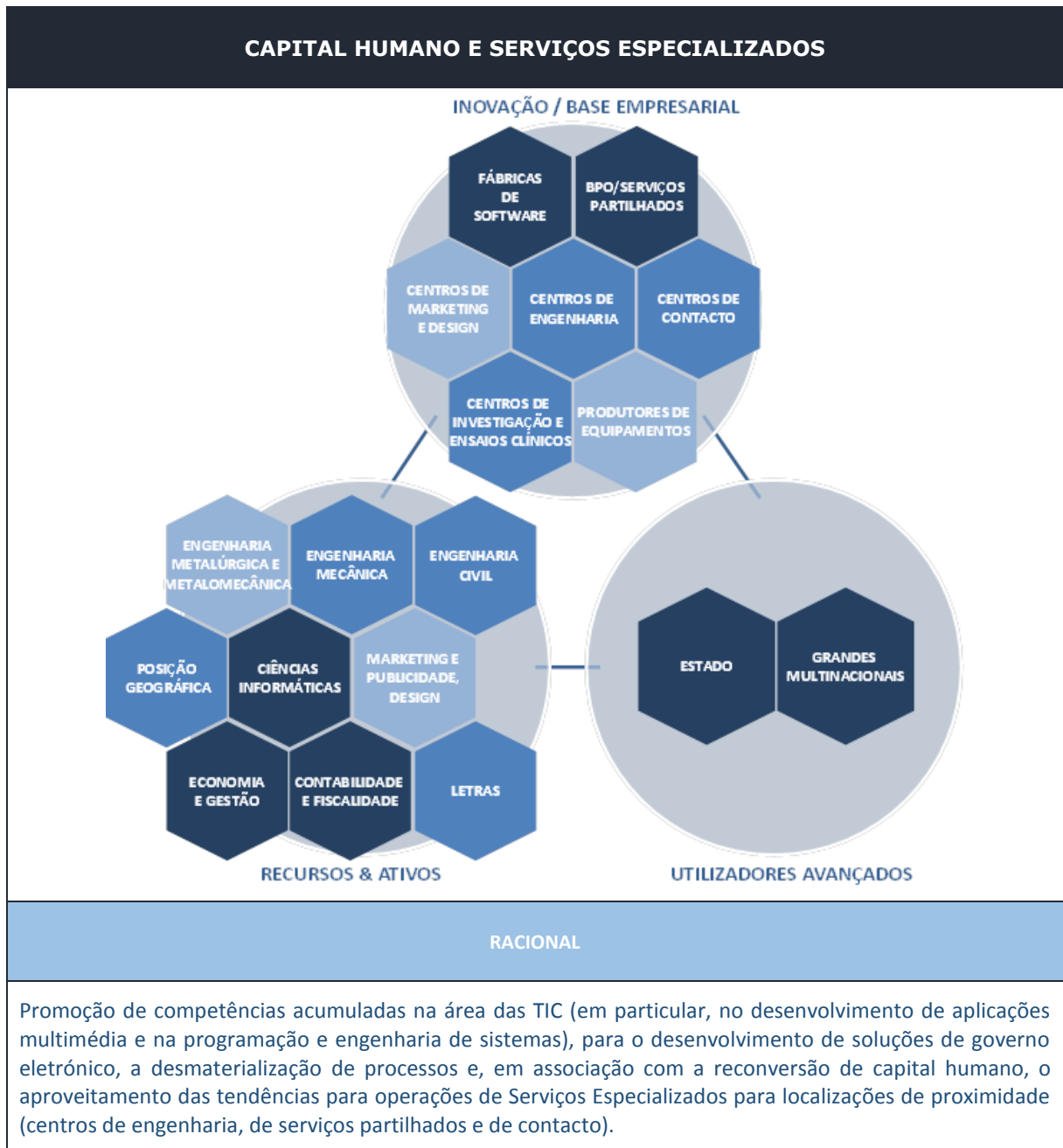
Articulação do potencial agrícola regional em produtos de elevado valor acrescentado (vinho, azeite, castanha, etc.) com competências científicas e tecnológicas (enologia, engenharia, biologia, biotecnologia, etc.) e empresariais (leite e derivados, vitivinicultura, etc.) para o desenvolvimento de produtos associados, nomeadamente à alimentação funcional e à gastronomia local, e destinados a segmentos de procura mais dinâmicos



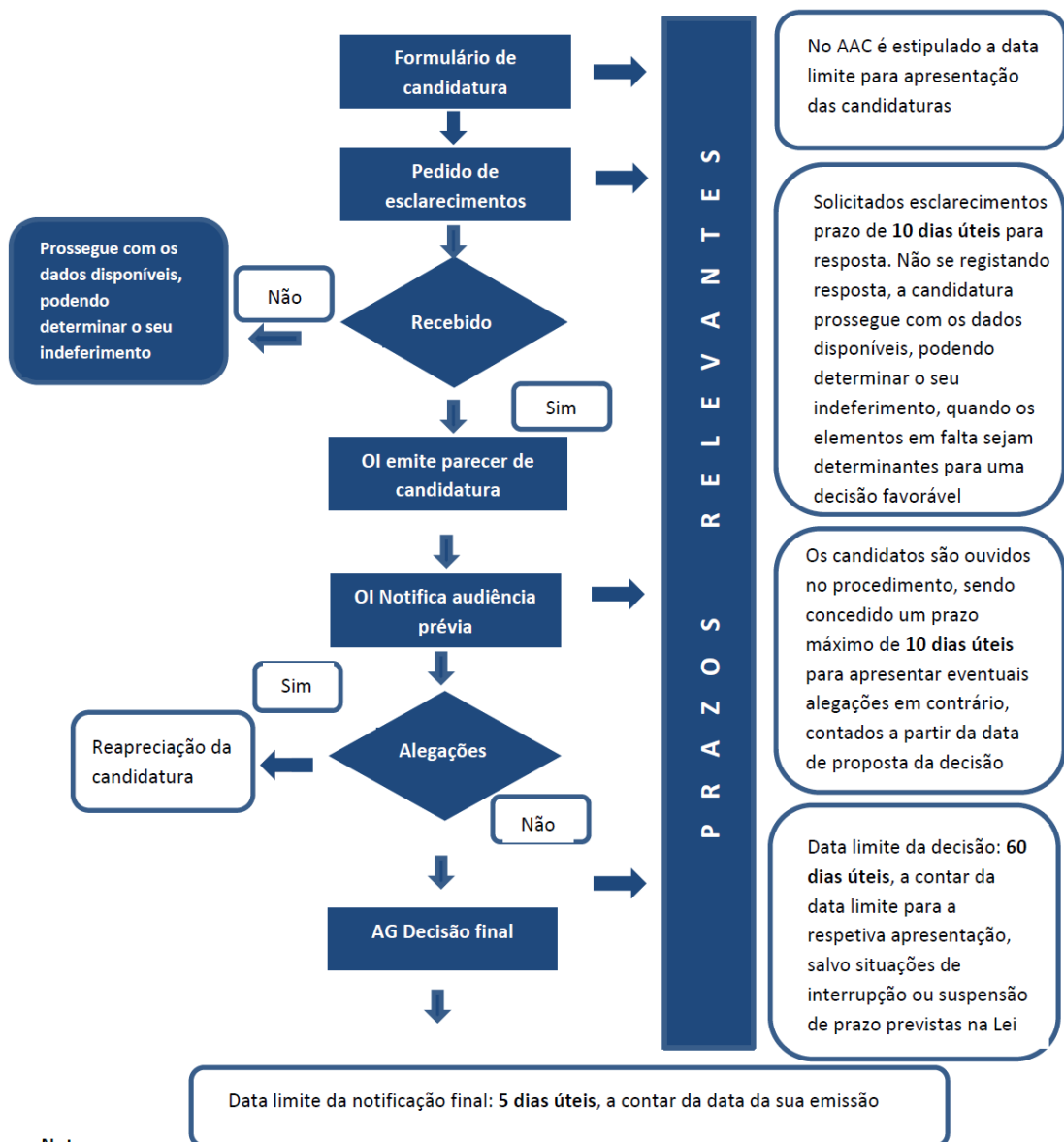
CAPITAL SIMBÓLICO, TECNOLOGIAS E SERVIÇOS DO TURISMO







Anexo D | Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

